

O Orçamento de ninguém

No meio de todo o teatro que envolveu a aprovação parlamentar da lei do orçamento, tive pena que ninguém se tivesse lembrado de homenagear Almeida Garrett, que também já foi deputado, e aproveitasse a votação final do orçamento para declamar: *Romeiro, Romeiro, quem és tu...? Ninguém!*

Pode não se considerar a Constituição como uma obra literária e evitar comparar o Parlamento com um teatro mas que em tempos de governo minoritário a aprovação do orçamento se pode tornar numa tragicomédia, lá disso ninguém duvida.

A verdade é que a Constituição pede ao Governo que construa um Orçamento, que é a tradução quantificada das opções políticas do seu programa, mas, depois, permite que as oposições vão desfazendo a proposta governativa, entregando-lhe, no final do dia, uma lei do orçamento, que, sendo de todos, não é verdadeiramente de ninguém. E não se pense que este momento de “patchwork” orçamental, em que cada deputado quer deixar a sua marca, que tanto pode significar despesa de um euro, como de dez milhões de euros, é uma espécie de praxe parlamentar para governos de primeiro ano. Nada disso. Todos os anos, a seguir ao Verão, há novela pela certa. Se o governo quer, a oposição tira, se o governo põe, a oposição dispõe, todos se zangam, de preferência à hora do telejornal, e no fim a caravana lá passa, que não há memória de um governo cair por causa de um orçamento.

Poderá dizer-se que governar em minoria é isso mesmo, é saber ceder nas opções e saber prescindir das realizações. Mas também se poderá dizer, a meu ver com mais razão, que governar em minoria continua a ser governar com o seu próprio programa e que permitir ao Parlamento, *rectius* às oposições, a aprovação de uma lei do orçamento, que depois não vão ter de executar, é permitir e favorecer a falta de responsabilidade pelos actos de cada um, que é um dos valores que mais falta faz nos dias que correm.

Por isso mesmo, entendo que deve o governo poder aprovar sozinho o seu próprio orçamento, sendo depois julgado pelos seus resultados, ou pela falta deles. Prefiro muito mais um Governo sem desculpas e que possa executar o seu programa, mantendo-se em funções enquanto o Parlamento, o Presidente e os eleitores quiserem, do que um Governo que não pode fazer o que prometeu e que, também por isso, não pode depois ser julgado pelo que deixou de fazer. E também prefiro uma oposição que fiscalize o governo e lhe ponha termo quando entender que chegou a hora, do que uma oposição que o vá sabotando, ano a ano, orçamento a orçamento, desconstruindo-lhe o programa, ou então que, pelo contrário, se torne esquizofrénica e viabilize a aprovação de orçamentos de que discorda, começando a criticá-los logo depois de os aprovar.

Em ano de revisão constitucional, e inspirados pelo modo de aprovação do Programa de Estabilidade e Crescimento (aprovado pelo Governo e discutido no Parlamento), talvez tenha chegado a hora de entregar ao Parlamento a aprovação da Lei de enquadramento do orçamento, com as regras a que se têm de subordinar todos os orçamentos e entregar ao Governo a aprovação do orçamento anual, após discussão no Parlamento, onde todos os partidos possam apresentar as suas alternativas, sabendo que só um é governo de cada vez.

É que, como dizia o Primeiro-Ministro: *o país não pode viver com dois orçamentos. Um do governo e outro da oposição.* Sócrates, o filósofo, não diria melhor.

Tiago Duarte